**Peritos das Nações Unidas instam Portugal a sair do legado da austeridade através dos direitos humanos**

LISBOA / GENEBRA (13 dezembro 2016) – Dois peritos das Nações Unidas sobre direitos humanos manifestaram preocupação quanto ao impacto da crise económica e das medidas de austeridade sem precedentes sobre os direitos humanos à habitação, água e saneamento em Portugal.

No final da sua visita oficial\* conjunta ao país, os Relatores Especiais das Nações Unidas, Léo Heller e Leilani Farha, chamaram a atenção sobre a situação das pessoas mais vulneráveis, incluindo os chamados “novos pobres” - os que foram empurrados para a pobreza em consequência das medidas de austeridade.

“Visitámos assentamentos informais com condições de habitação deploráveis, incluindo falta de acesso aos serviços de abastecimento de água, saneamento e eletricidade, e falámos com varias pessoas sem capacidade financeira para aceder a esses serviços, sobretudo as populações Roma (ciganos) e pessoas de ascendência Africana” sublinharam os peritos. “É uma situação difícil de aceitar num país como Portugal.”

Durante a sua estadia de dez dias, os peritos encontraram-se, entre outros, com representantes do governo, autoridades locais, o Provedor de Justiça, a Assembleia da Republica bem como elementos das organizações da sociedade civil que trabalham em questões relacionadas com o direito à habitação, à água e ao saneamento. Também fizeram visitas ao terreno, onde dialogaram com muitos residentes.

A Ms. Farha apresentará um relatório completo das suas constatações e recomendações ao Conselho dos direitos humanos em março de 2017. O sr. Heller apresentará o seu relatório exaustivo ao Conselho em setembro de 2017.

**Os direitos humanos à água e ao saneamento**

“Portugal pode orgulhar-se dos progressos assinaláveis que alcançou nas últimas décadas no setor da água e saneamento, os quais permitiram a inclusão de uma parte impressionante da população a serviços de boa qualidade,” referiu o Relator Especial das Nações Unidas sobre os direitos humanos à água e ao saneamento.

“No entanto, numa perspetiva dos direitos humanos, o chamado ‘milagre português’ no setor da água é incompleto,” sublinhou o sr. Heller. “Preocupa-me o fato de que, ao comemorar as conquistas alcançadas, a parte mais marginalizada da população – desempregados, reformados, migrantes e população cigana – seja deixada para trás.”

“Inteirei-me da complexidade institucional por detrás da água que flui para dentro das habitações portuguesas e das águas residuais que são escoadas para o exterior dessas habitações” acrescentou. “As tensões entre as partes intervenientes desta arquitetura institucional complexa poderão estar na origem de situações que merecem atenção no quadro dos direitos humanos, nomeadamente a acessibilidade financeira aos serviços por parte das populações mais vulneráveis.”

“O governo português tem que garantir o acesso financeiro aos serviços de água e saneamento para todos, adotando diversas medidas, tais como transformar a atual recomendação da Assembleia da Republica num diploma que determine a atribuição automática da tarifa social a todos os portugueses que dela necessitam” disse o Sr. Heller.

“Insto igualmente o país a adotar legislação que reconheça os direitos humanos à água e ao saneamento, incluindo obrigações explicitas das autoridades locais e dos governos das regiões autónomas” afirmou. “Trata-se de um passo essencial para garantir que os indivíduos e grupos possam recorrer aos tribunais em caso de violação desses direitos.”

“Comemorar o milagre português no setor da água e do saneamento é ainda prematuro.“, concluiu.

**O direito à habitação condigna**

“Tornou-se claro durante as reuniões que tive com as autoridades que as condições de habitação das populações mais vulneráveis é uma preocupação real,” disse a Relatora Especial das Nações Unidas sobre o direito à habitação.

“A questão que se põe é: o direito à habitação pode ser respeitado no contexto da liberalização do mercado da habitação? Do meu ponto de vista, isto será difícil sem leis e salvaguardas orientadas pelos direitos humanos para as pessoas em situação económica precária,” afirmou a Ms. Farha.

“Lisboa e Porto já estão a sentir os efeitos do crescimento exponencial da industria do turismo, o que provocou a deslocalização de inquilinos com poucos recursos e a falta de acessibilidade financeira,” referiu.

“No contexto internacional, Portugal tem sido um país líder na promoção dos direitos económicos, sociais e culturais e tem a obrigação de por em pratica este empenhamento e entusiasmo no contexto interno. Um primeiro passo essencial seria o governo, em consulta com todos os intervenientes, adotar uma Lei Quadro sobre Habitação baseada nos direitos humanos internacionais, em conformidade com o artigo 65 da sua Constituição” aconselhou a perita.

“Ao mesmo tempo, Portugal poderia empenhar-se em resolver prioritariamente o problema dos sem-abrigo que vivem em situação de rua, adotando soluções criativas. Poderia ainda tomar medidas imediatas para garantir que as pessoas que vivem em assentamentos informais, quartos arrendados extremamente inadequados, “ilhas” e outras habitações sem condições fossem realojados de uma forma consistente com as suas obrigações ao abrigo dos direitos humanos internacionais,” sublinhou a perita.

**(\*)**. Aceda à declaração completa do final da missão dos Relatores Especiais em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=21>

FIM

***A senhora Leilani Farha*** *(Canadá) é Relatora Especial da ONU sobre habitação condigna como componente do direito a um padrão de vida adequado, e sobre o direito à não-discriminação neste contexto. Exerce esta função desde junho de 2014. Ms. Farha é Diretora Executiva da ONG “Canada without Poverty”, com sede em Ottawa, no Canadá. Advogada de formação, nos últimos 20 anos Ms. Farha trabalhou a nível internacional e nacional sobre a implementação do direito à habitação condigna para os grupos mais marginalizados e sobre a situação das pessoas que vivem na pobreza. Saiba mais, e aceda:* [*http://www.ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/HousingIndex.aspx*](http://www.ohchr.org/EN/Issues/Housing/Pages/HousingIndex.aspx)

***O senhor Léo Heller*** *(Brasil) é Relator Especial sobre os direitos humanos à água e ao saneamento, tendo sido nomeado em novembro de 2014. É investigador na Fundação Oswaldo Cruz no Brasil e foi professor do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental na Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, de 1990 a 2014. Para mais informações consulte:*[*http://www.ohchr.org/EN/Issues/ÁguaAndSanitation/SRÁgua/Pages/SRÁguaIndex.aspx*](http://www.ohchr.org/EN/Issues/WaterAndSanitation/SRWater/Pages/SRWaterIndex.aspx)

*Os relatores especiais fazem parte do que são conhecidos como os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos. Os Procedimentos Especiais, o maior corpo de peritos independentes no sistema de direitos humanos das Nações Unidas, é o nome atribuído aos mecanismos de inquérito e de acompanhamento independente do Conselho, que trabalha sobre situações específicas de cada país ou sobre questões temáticas em todo o mundo. Os especialistas em Procedimentos Especiais trabalham numa base de voluntariado; não são funcionários da ONU e não recebem um salário pelo seu trabalho. São independentes de qualquer governo ou organização e prestam serviços a título individual.*

*Os Direitos Humanos da ONU, página país - Portugal:* [*http://www.ohchr.org/EN/Countries/ENACARegion/Pages/PTIndex.aspx*](http://www.ohchr.org/EN/Countries/ENACARegion/Pages/PTIndex.aspx)

***Para mais informações e solicitações dos mídia****, por favor, entre em contato com:
No Portugal (durante a visita):*

***Habitação:*** *Juana Sotomayor (+41 79 444 4828 /* *jsotomayor@ohchr.org**) ou escreva para* *srhousing@ohchr.org*

***Acesso à água potável e saneamento básico:*** *Ahreum Lee (+41 79 444 3781 /* *ahreumlee@ohchr.org**) ou escreva para* *srwatsan@ohchr.org*

Para **solicitações dos mídia** relacionadas com outros especialistas independentes da ONU: Xabier Celaya - Unidade de mídia (+ 41 22 917 9383 / xcelaya@ohchr.org)

**Para usar nossos sítios de notícias e redes sociais:** mensagens-chave sobre os nossos comunicados de imprensa estão disponíveis nas plataformas de redes sociais dos Direitos Humanos da ONU, listados abaixo. Por favor, identifique os marcadores adequados

Twitter: [@UNHumanRights](http://twitter.com/UNHumanRights)
Facebook: [unitednationshumanrights](https://www.facebook.com/unitednationshumanrights)
Instagram: [unitednationshumanrights](http://instagram.com/unitednationshumanrights)

Google+: [unitednationshumanrights](https://plus.google.com/%2Bunitednationshumanrights/posts)
Youtube: [unohchr](https://www.youtube.com/user/UNOHCHR)